

REPRIMARIZAÇÃO VIA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA: OS IMPACTOS DA CRISE DE 2014 SOBRE AS EXPORTAÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ

Reprimarization by center-periphery relationship: the impacts of the 2014 crisis on exports from the state of Paraná

Marco Aurelio Kasmin

REPRIMARIZAÇÃO VIA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA: OS IMPACTOS DA CRISE DE 2014 SOBRE AS EXPORTAÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ

Reprimarization by center-periphery relationship: the impacts of the 2014 crisis on exports from the state of Paraná

Marco Aurelio Kasmin

Resumo: O objetivo deste artigo é observar se houve um movimento de reprimarização da pauta de exportação brasileira e paranaense, utilizando a análise descritiva exploratória dos dados acerca dos valores e nível tecnológico dos produtos exportados. Percebeu-se que os setores exportadores recuperaram-se da crise de 2008 em 2011, ano em que as exportações nacionais superaram o valor exportado em 2008. Porém, a partir de 2011 observou-se uma contínua queda nos valores reais exportados. Quanto ao Estado do Paraná, este nunca recuperou os níveis reais de exportação pré 2008, sendo em 2011 o valor da pauta de exportação paranaense 11,58% menor do que 2008, e continuaram a retrair até 2016. Na busca de explicações para essas tendências, adotou-se a perspectiva teórica da relação centro periferia, avaliou-se então o nível tecnológico/industrial da pauta de exportação, na qual concluiu-se que houve uma redução do nível tecnológico dos principais produtos exportados pelo Paraná.

Palavras-chave: Reprimarização, Desindustrialização, Relação centro-periferia, Exportações.

Abstract *The objective of this paper is to observe if there was a movement of reprimarization of the Brazilian and Paraná exportation agenda, using the exploratory descriptive analysis of the data about the values and technological level of the exported products. It was noticed that the exporting sectors recovered from the crisis of 2008 in 2011, year which national exports exceeded the value exported in 2008. However, from 2011 there is a continuous decrease in the exported real values. As for the Paraná State, it never recovered the pre-2008 export levels, being in 2011 the value of Paraná's export tariff 11.58% lower than 2008, and continued to retract until 2016. In search of explanations for these trends, the theoretical perspective of the center-periphery relationship was adopted, and then the technological/industrial level of the export agenda was evaluated, which concluded that there was a reduction in the technological level of the main products exported by Paraná.*

Key words: Reprimarization, Deindustrialization, Center-periphery relationship, Exports.

INTRODUÇÃO

O processo de desindustrialização das economias é preconizado há décadas pelos teóricos da economia como um processo natural do capitalismo, e pode ser observado já em Clark (1957), que afirma haver mudanças do coeficiente de elasticidade-renda para produtos industrializados em função de mudanças no nível de renda. O aumento da renda levaria a uma redução proporcional do consumo, em relação a renda, de produtos industrializados e ao aumento do consumo de serviços.

A questão a ater-se aqui é a redução proporcional em relação a renda, pois os países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, não atingiram níveis de renda compatíveis com esse processo, Rowthorn e Ramaswamy (1999) afirmam que tal nível de renda, *turning point*, seria 8.300,00 dólares *per capita*.

A partir desse nível, o processo é entendido como natural e saudável para as economias industrializadas. O crescimento do setor de serviços mais acelerado do que o crescimento do setor industrial causa esse cenário, que não pode ser confundido com a desindustrialização em sentido *stricto*, que consiste em uma redução do produto industrial, em valores absolutos, de uma nação.

A reprimarização da pauta de exportação, entendida como a redução da participação de produtos industrializados ou a redução do nível tecnológico dos produtos, é simultaneamente um indicador do processo de desindustrialização danoso a uma nação, assim como um de seus fatores causa.

Gunnar Myrdal (1960) afirma que o livre comércio entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento é lógico e benéfico a curto prazo, no entanto a longo prazo amplia as diferenças entre essas economias, pois fomenta a produção de produtos primários nas economias em desenvolvimento. Esses produtos têm, predominantemente, demanda inelástica, um crescimento lento da demanda total, flutuação excessiva de preços, e emprega mão-de-obra não qualificada em sua produção.

Ao mesmo tempo, a abertura comercial amplia o mercado para os produtos industrializados dos países desenvolvidos, permitindo maiores ganhos de escala, e conseqüentemente a redução de preços, diminuindo assim a possibilidade de industrialização das nações em desenvolvimento.

A soma desses fatores leva, portanto, a uma tendência de especialização em produtos primários pelos países em desenvolvimento, produtos com baixo valor agregado, lenta elevação da demanda e passível de flutuações significativas de preços, o que causa instabilidade nos níveis de renda e qualidade de vida da população, enquanto os países desenvolvidos se especializam em produtos industrializados, de alto valor agregado, demanda ascendente, e maior estabilidade de preços.

Outra característica relevante, apontada por Myrdal (1960), é o fato de que os ganhos de produtividade, e redução dos custos de produção obtidos pelos países em desenvolvimento, seriam transferidos para os países desenvolvidos via redução de preços do produto exportado, em função da natureza inelástica e a ampla concorrência no mercado internacional de produtos primários.

Desse modo uma pauta de exportação na qual se torne menos presente produtos industrializados, pode ser, simultaneamente, sintoma de uma nação que está se especializando na produção primária, e a causa de um processo de desindustrialização danoso. Essa, decorrente de perda de competitividade da economia.

Para reverter esse processo é necessário a intervenção do estado, de forma a mitigar os ‘efeitos regressores’ (MYRDAL, 1960), no entanto a economia brasileira passou, na última década, por duas crises, em 2008 a crise *subprime*, que teve como epicentro o sistema de financeiro estadunidense, e em 2015 a crise política do Estado brasileiro, que teve como epicentro o crescente deficit primário, assim se faz necessário inquerir se esses eventos tiveram impactos além da redução do produto interno bruto – PIB, na estrutura produtiva industrial.

Nesse contexto, este trabalho analisa a pauta de exportação do Brasil, com ênfase no Estado do Paraná, para o período 1997-2017, buscando compreender a evolução das principais características dos produtos exportados, e as mudanças ocorridas após as crises de 2008 e 2014.

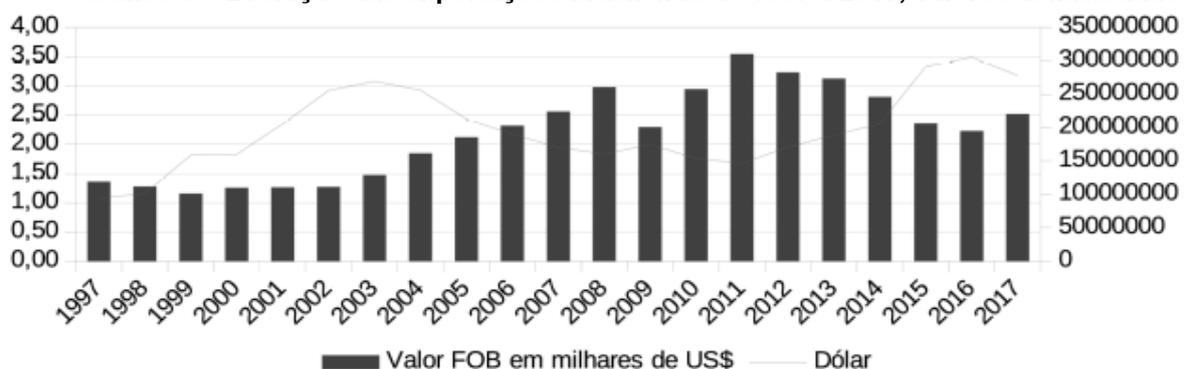
Para essa análise foram utilizados os dados acerca dos produtos exportados disponíveis no portal do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços, valores médios do câmbio foram obtidos no portal do Banco Central do Brasil, para a análise da intensidade tecnológica presente nos produtos exportados foi utilizado o sistema Setores da Indústria por Intensidade Tecnológica (SIIT), que segue a metodologia da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005).

Evolução da pauta de exportações brasileiras no período 1997-2017.

Nessa seção foram analisados os dados da pauta de exportações brasileira e paranaense, para o período de 1997 a 2017. Neste trabalho todos os valores em reais foram deflacionados para dezembro de 2017, utilizando o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os valores em dólares foram deflacionados utilizando o CPI – *Consumer Price Index* do *Bureau of Labor Statistics* também para dezembro de 2017.

O Gráfico 1 apresenta o valor médio para o dólar no ano e a evolução do saldo da pauta de exportações brasileiras no período de 1997 a 2017. Percebe-se uma certa estabilidade no período 1997-2003, a partir de 2003 tem-se uma escalada das exportações nacionais que crescem 136% até 2008, a série de crescimento é interrompida pela crise *subprime*, de 2008 para 2009 o comércio internacional retrocedeu 22%, causando uma redução de 25,8% nas exportações brasileiras. Esse quadro é revertido no ano de 2011, quando as exportações brasileiras somaram mais de 310 bilhões de reais, superando em 18,9% o valor exportado em 2008. A recuperação, no entanto, não se mantém, após os valores recordes de 2011 o país experimenta uma retração até 2016, sendo parco a recuperação em 2017.

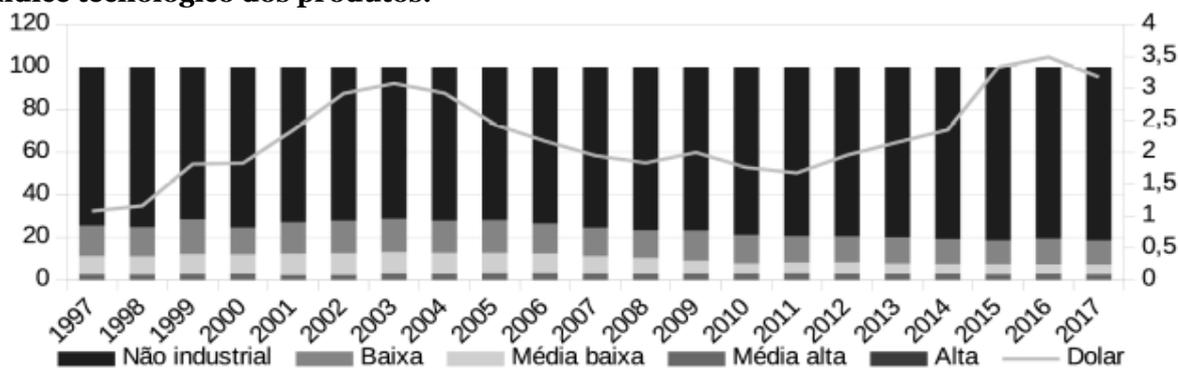
Gráfico 1 – Evolução das exportações brasileiras de 1997 a 2017, valores deflacionados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 2 é possível observar a pauta de exportações brasileiras, quanto as proporções do volume dos produtos exportados estratificados pelo índice de tecnologia do produto exportado. Os dados mostram a clara predominância de *commodities* e a quase inexistência de produtos de alta tecnologia, quando analisados os volumes.

Gráfico 2 – Composição do volume da pauta de exportações brasileiras quanto ao índice tecnológico dos produtos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao longo de toda a série a menor participação dos produtos não-industrializados se dá no ano de 2005, sendo 71,5% do volume total exportado. A série demonstra uma curta tendência de redução dos produtos não-industrializados entre os anos de 1997 e 2003, diminuindo de 74 para 71,5%. No período seguinte há uma ascensão na participação desses produtos na pauta, tendo seu máximo em 2015, quando ocupou 81,5% do volume total de exportações brasileiras.

Os produtos de baixa tecnologia ocuparam 16,3% do volume total exportado em 1999, mantendo certa estabilidade até 2010 e decaindo no restante da série, sendo em 2016 responsável por 12% do volume exportado.

Os produtos de média-baixa tecnologia tiveram uma leve alta no início da série, chegando a ocupar 10% do volume da pauta de exportações em 2003, a partir desse período até o final da série analisada há uma grande retração, ocupando em 2016 apenas 4,4% do volume exportado.

Os produtos de média-alta tecnologia tiveram no início da série uma tendência ascendente, saindo de 2,7 para 3,2% entre 1997 e 2006, mantendo-se estável até 2014, retraindo então até 2016, quando ocuparam 2,9% do volume exportado.

Quando avaliado o volume, as exportações de alta tecnologia são quase que inexistentes, ocupando em todo o período valores menores que meio por cento. Essa característica é esperada nesse gênero de exportação, para entender sua importância para a economia brasileira iremos então avaliar as exportações por seu valor a preços de mercado.

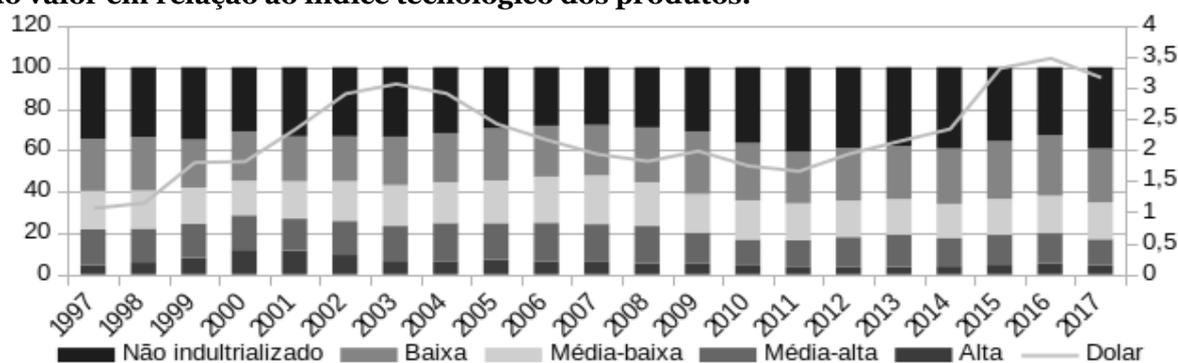
No Gráfico 3 observamos a pauta de exportações brasileiras quanto a participação dos produtos por nível tecnológico em relação ao valor total exportado. Quando avaliamos a pauta pelo valor que cada classe auferiu, percebe-se que a predominância dos produtos não-industrializados, que representaram 81% do volume, tornaram-se apenas 35% do valor da pauta, para o ano de 2015.

Os produtos de baixa tecnologia orbitaram o patamar de 25% em todo o período, tendo a máxima de 30% em 2009 e a mínima de 21% em 2001.

Os produtos de média-baixa tecnologia ampliaram sua participação entre o início da série e o ano de 2007, saindo de 17 para 22% do valor total da pauta, após a crise de 2008 retrocederam a 18%, chegando a um mínimo de 16%,3% em 2014.

Os produtos de média-alta tecnologia oscilaram entre 16 e 18% entre 1997 e 2008, após a crise retrocederam a 12,6% do valor da pauta em 2010, apresentando posteriormente uma lenta recuperação, sem ainda alcançar o patamar pré crise.

Gráfico 3 – Composição da pauta de exportações brasileiras quanto a proporção do valor em relação ao índice tecnológico dos produtos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os produtos de alto teor tecnológico demonstraram um rápido crescimento no início da série, saindo de 4,4% em 1997 para 11,8% em 2000 e 11,5% em 2001. Apresentando posteriormente severa retração, sendo 6,5% do valor da pauta em 2003, 3,3% em 2011, retornando a 5% em 2016.

Há dois movimentos que chamam a atenção e que estão relacionados a duas crises pelas quais o Brasil passou, sendo elas a crise da Rússia em 1999 que teve como resposta a mudança da política cambial brasileira, e a crise *subprime* em 2008.

A taxa de câmbio média para o ano, estava em 1,16 reais por dólar em 1998, passa a 1,81 em 1999 e 2,34 em 2001, nesse mesmo período a participação de produtos de alta tecnologia cresce 104%, enquanto os produtos de média-alta, média-baixa, não-industrializados mantiveram o nível de participação, inflexíveis a mudança cambial, o único estrato que sofreu significativa redução foi o de baixa tecnologia.

Esse fato corrobora com o argumento de Bresser-Perreira, que o câmbio funcionaria como um 'interruptor' ligando e desligando o processo de industrialização brasileira. Myrdal (1960) e Prebisch (1964) também argumentam a importância de uma política cambial que equalize a competitividade da indústria nacional e a indústria dos países desenvolvidos.

Percebe-se outro movimento de ampliação da participação dos produtos de alta tecnologia na pauta de exportação no período 2011-16, quando a taxa média de câmbio ascende de 1,67 para 3,48 reais por dólar, propiciando um crescimento de 58% na participação dos produtos de alta tecnologia, saindo de 3,3 para 5,3% do valor total da pauta.

O segundo movimento ocorre em resposta a crise de 2008, embora haja uma desvalorização cambial de 8,8% entre 2008 e 2009, o câmbio apresenta tendência a valorização no período até 2011 e a participação dos produtos não-industrializados cresce 11 pontos percentuais, saindo de 29% em 2008 para 40% em 2011.

Em 2011, como dito anteriormente, a pauta de exportações brasileiras supera os valores pré-crise, no entanto com uma estrutura significativamente mais primária, 40% do valor da pauta é auferido por produtos não-industrializados, os produtos de

alta intensidade tecnológica que antes representavam 5,4% da pauta, passam para 3,3%, a maior retração proporcional se dá nos produtos de média-alta intensidade tecnológica, saindo de 18 para 13% entre 2008 e 2011.

Esse quadro se mantém até 2015, quando há uma abrupta desvalorização cambial, de 1,67 para 3,3 em 2015 e 3,48 reais por dólar em 2016. Essa alta do dólar promove uma redução da participação dos produtos não-industrializados, no entanto essa expansão acontece predominantemente entre os produtos de média-baixa tecnologia, passando de 24 para 29% de 2011 para 2016.

Podemos afirmar que o Brasil respondeu a crise focando nas exportações de produtos primários, visando auferir rendas ricardianas. No entanto, é importante ressaltar que, os países que se beneficiam do auge dos produtos básicos são muito sensíveis a uma inversão da tendência dos termos de intercâmbio (CEPAL, 2012).

Autores como Negri e Alvarenga (2010) afirmam que esse movimento ocorre em função da dinâmica econômica e da preferência por produtos primários dos parceiros comerciais do Brasil, enquanto o comércio mundial retraiu 22% entre 2008 e 2009, a retração chinesa no comércio internacional foi de 11%, sendo então uma alternativa de mercado para as exportações brasileiras, no entanto, com uma demanda predominante voltada para produtos primários.

Evolução da pauta de exportações paranaense no período 1997-2017.

O Estado do Paraná foi em 2015 a quarta maior economia entre os entes federados brasileiros, tendo também o quarto maior PIB industrial do Brasil, contribuindo em 2014 com 6,4% do PIB industrial brasileiro (IBGE, 2017).

No entanto, o Estado do Paraná possui uma dinâmica muito diferente da média nacional, pode-se observar no Gráfico 4 que o setor exportador do Paraná recuperou os valores exportados pré-crise de 2008 em 2011 e manteve uma estabilidade por 3 anos, resistindo ao início da retração nacional, e no Gráfico 5 que o volume de exportações, estratificadas quanto ao índice tecnológico dos produtos, apresenta uma maior participação de produtos industrializados, contrariando o estereótipo de agroexportador.

Gráfico 4 – Gráfico da evolução do saldo da pauta de exportações paranaense no período 1997-2017.



Fonte: Elaborado pelo autor.

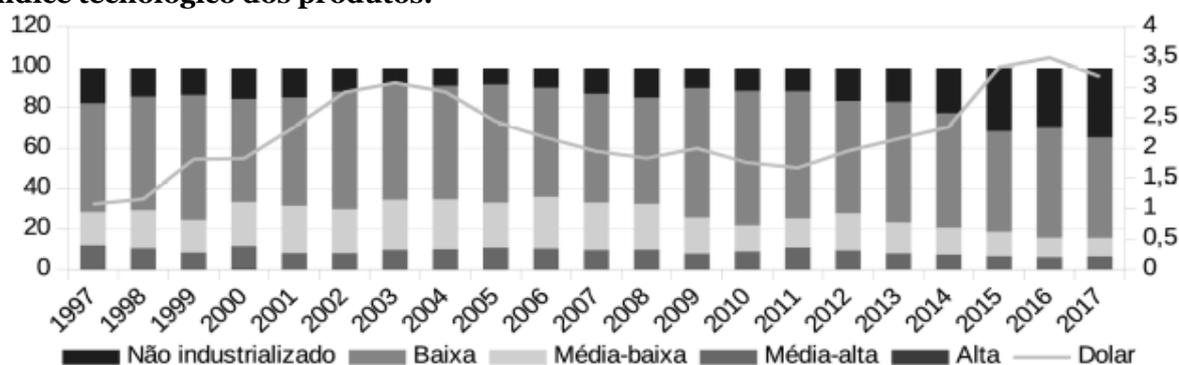
Mesmo sendo o segundo maior produtor de grãos do Brasil, responsável por 18,3% da produção nacional, na pauta de exportações o volume de produtos não-industrializados correspondeu a apenas 12% em média no período 1997 – 2014, ficando em apenas 8% no ano de 2005.

Predomina na pauta de exportações paranaense os produtos de baixa tecnologia, como carnes, sucos de frutas e açúcar, oriundos da agroindústria, o que explica como um dos maiores produtores de grãos do país exporta proporcionalmente tão pouco desse *commodities*, parte significativa desse produto é utilizado na agroindústria de transformação, ou na cadeia de produção de proteína animal.

Os produtos de média-baixa tecnologia apresentaram uma tendência ascendente entre 1997 e 2006, saindo de 16,5 para 25,6% do volume exportado, retraindo-se desde então até 2016, quando representou apenas 9,2% do volume total exportado.

Os produtos de média-alta tecnologia apresentaram certa estabilidade no período 1997-2008, como veremos adiante esse setor é composto predominantemente por montadoras automobilísticas, sendo um setor que se beneficia das políticas promovidas pelo Governo Federal, representando em média 9,6% do volume exportado no período, média que se retrai a 7,9% no período 2008-2017.

Gráfico 5 – composição do volume da pauta de exportações paranaense quanto ao índice tecnológico dos produtos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se no Gráfico 6 a proporção do valor agregado de cada classe de produtos para a pauta de exportações paranaense, chama a atenção a pequena participação de produtos não-industrializados no valor total da pauta, representando em média 4,8% do valor da pauta entre 1997-2008, tornando-se mais representativo, 7,3% no período entre crises, 2009-2013, e chegando a 12,3% após a crise de 2014-2016.

Os produtos de baixa tecnologia, que predominaram em volume, quando avaliado seu valor, representaram 26% da pauta no período 1997-2008, passando a 31% entre 2009-2016, com tendência ascendente no segundo período.

Os produtos de média-baixa tecnologia apresentaram uma leve tendência de alta até 2008, voltando a se retrair após a crise. Em todo o período a participação desse gênero orbitou a média de 14,3%.

A maior participação na formação do valor total da pauta de exportações paranaense se dá pelos produtos de média-alta tecnologia, que representaram em média 36% do valor, no entanto, com uma tendência de queda ao longo de todo o período, sendo os momentos de maior retração no ano de liberalização do câmbio, com queda de 8 pontos percentuais entre 1998 e 2000, e na crise de 2008 com retração de 5 pontos percentuais entre 2008-2010.

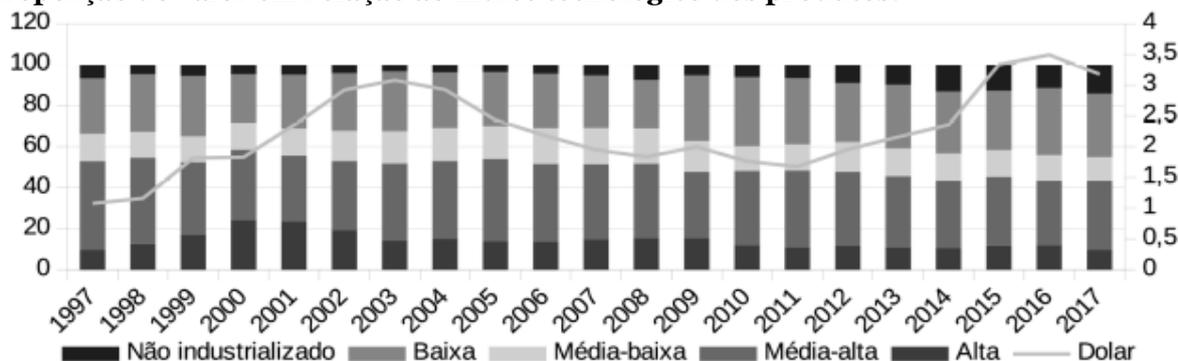
A predominância nesse estrato tecnológico se dá em função da indústria mecânica e automobilística do estado, são destaque na pauta de exportação veículos

leves, veículos de carga, tratores e semelhantes, assim como peças e acessórios para veículos.

Enquanto a nível nacional os produtos de alta tecnologia representam 6,1% do valor exportado, no Paraná essa média é de 14,4%.

O momento de maior variação dessa participação se dá após a desvalorização cambial do período 2000-2001, quando os produtos de alta tecnologia representaram 24 e 23,4% de todo o valor exportado.

Gráfico 6 – Gráfico da composição da pauta de exportações paranaense quanto a proporção do valor em relação ao índice tecnológico dos produtos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para avaliar qualitativamente a pauta de exportações paranaense, observou-se quais são os produtos mais exportados e qual seu índice tecnológico. O resultado é apresentado no Quadro 1, que elenca os dez produtos mais vendidos para o mercado externo nos anos de 1997, 2002, 2007, 2012 e 2017.

O agrupamento dos produtos seguiu o Sistema de Nomenclatura Comum do Mercosul, que é baseado no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, desenvolvido pela Organização Mundial das Alfândegas.

Quanto ao nível de tecnologia de cada grupo de produtos, utilizou-se o sistema de classificação dos Setores da Indústria por Intensidade Tecnológica (SIIT), que segue a metodologia da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005).

Analisando o Quadro 1 como um *heatmap*, no qual a escala de cores representa o índice de tecnologia do produto, sendo o mais claro com maior intensidade tecnológica, percebe-se que houve uma redução do nível tecnológico dos 10 produtos mais exportados pelo Estado do Paraná.

Enquanto em 1997 havia entre os 10: 2 produtos de alto índice tecnológico, 4 produtos de média-alta tecnologia e apenas 1 não-industrializado. Em 2017 há 2 produtos não industrializados e nenhum de alta tecnologia.

Em 2002 mantém-se dois produtos de alta tecnologia entre os 10 mais exportados, no entanto a quantidade de produtos de média-alta diminuiu e ampliou-se os de média-baixa e baixa tecnologia.

No ranking de 2007 apenas um grupo de produtos foi intenso em tecnologia, predominou-se nesse ano produtos de média-alta tecnologia, sendo quatro entre os dez.

Quadro 1: Principais produtos da pauta de exportação do Estado do Paraná, ranqueados pelo total do valor FOB, classificação da Nomenclatura comum do Mercosul, nível tecnológico segundo a classificação Setores da Indústria por Intensidade Tecnológica (SIIT)

Ranking /Ano	1997	2002	2007	2012	2017
1º	Partes e acessórios dos veículos automóveis.	Veículos aéreos e suas partes.	Veículos aéreos e suas partes.	Açúcares de cana ou de beterraba, no estado sólido.	Açúcares de cana ou de beterraba, no estado sólido.
2º	Açúcares de cana ou de beterraba, no estado sólido.	Açúcares de cana ou de beterraba, no estado sólido.	Açúcares de cana ou de beterraba, no estado sólido.	Veículos aéreos e suas partes.	Veículos aéreos.
3º	Sucos (sumos) de frutas.	Sucos (sumos) de frutas.	Partes e acessórios dos veículos automóveis.	Consumo de bordo.	Automóveis de passageiros.
4º	Automóveis de passageiros.	Automóveis de passageiros.	Sucos (sumos) de frutas.	Partes e acessórios dos veículos automóveis.	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos.
5º	Veículos automóveis para transporte de mercadorias.	Partes e acessórios dos veículos automóveis.	Automóveis de passageiros.	Sucos (sumos) de frutas.	Soja, mesmo triturada.
6º	Veículos aéreos.	Aparelhos transmissores (emissores) para radiodifusão ou televisão.	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos.	Aparelhos para aterrar, escavar ou compactar o solo, autopropulsados.	Aparelhos para aterrar, escavar ou compactar o solo, autopropulsados.
7º	Partes exclusiva ou principalmente destinadas aos motores.	Partes exclusiva ou principalmente destinadas aos motores.	Máquinas e aparelhos para soldar elétricos, a laser ou outros feixes de fótons.	Automóveis de passageiros.	Sucos (sumos) de frutas.
8º	Café, sucedâneos do café.	Pneumáticos novos, de borracha.	Veículos automóveis para transporte de mercadorias.	Álcool etílico.	Consumo de bordo.
9º	Pneumáticos novos, de borracha.	Consumo de bordo.	Consumo de bordo.	Veículos automóveis para transporte de mercadorias.	Veículos automóveis para transporte de mercadorias.
10º	Aparelhos receptores para radiodifusão.	Carnes de animais da espécie bovina, congeladas.	Aparelhos para aterrar, escavar ou compactar o solo, autopropulsados.	Carnes de animais da espécie bovina, congeladas.	Partes e acessórios dos veículos automóveis.
Nível tecnológico	Alto	Médio alto	Médio baixo	Baixo	Não industrializado

Fonte: Elaborado pelo autor.

O ano de 2012 não apresentou nenhum produto de alta intensidade tecnológica entre os dez mais exportados. O produto mais exportado foi o açúcar, tal como no início da colonização brasileira. A presença de álcool etílico junto com o

açúcar entre os dez mais exportados mostrou a evolução da indústria sucroalcooleira no Paraná, que se tonou o quarto maior produtor nacional em 2013, como apontada por Shikida (2014).

Em 2017 dois produtos não-industrializados estão entre os dez mais exportados pelo Estado do Paraná, sendo eles: petróleo bruto e soja. Não há produtos de alta intensidade tecnológica entre os dez mais exportados para este ano.

Cabe ressaltar que, entre os produtos mais exportados pelo Paraná, para o ano de 2007, estão Óleos de petróleo (lubrificantes), produto processado pela indústria química de média-baixa tecnologia, e dez anos depois, em 2017, entra na lista Óleos bruto de petróleo, *commodities* base para o produto industrial que era exportado 10 anos antes.

Reprimarização

Reprimarização, ou somente primarização, da pauta de exportação é a diminuição relativa da importância de bens industrializados e consequente ampliação da importância de bens primários, ou não industrializados, no valor total da pauta de exportação.

Negri e Alvarenga (2011), demonstraram que na primeira década do século há uma participação maior de produtos primários na pauta de exportação brasileira do que na média de transações mundiais e que essa proporção cresceu no período, sobretudo pós-crise de 2008.

Enquanto a proporção de produtos industrializados de alto nível tecnológico representou por volta de 29% das exportações mundiais, entre 2000 e 2010, na pauta brasileira, esse gênero de produto foi em seu auge, 18% do total, no ano de 2000 (NEGRI e ALVARENGA, 2011).

Pastre (2016) aponta que houve uma redução da participação média dos produtos manufaturados brasileiros no comércio internacional, caindo de 0,76, entre 1990-1994, para 0,68%, entre 1995-1998, enquanto a participação das *commodities* passou de 2,43 para 2,92% no mesmo período.

Leutwiler (2016), após classificar as exportações brasileiras em produtos: básicos, semimanufaturados, e manufaturados, percebe um crescimento de 30% para 48% de produtos básicos entre os anos de 2006 e 2014.

Há certo consenso quanto a uma reprimarização da pauta brasileira, as causas por sua vez ainda são debatidas, a ideia clássica de que haveria uma especialização ricardiana, que levaria a um aumento da renda local e promoveria o desenvolvimento não parece factível.

Defensores da ideia de que a reprimarização é fruto do processo de desindustrialização, que este ocorreria de forma natural, como ocorreu nos países desenvolvidos, temos nessa vertente trabalhos como o de Bonelli, Pessôa e Matos (2012).

A disindustrialização é apontada como possível responsável pela reprimarização da pauta de exportação, no entanto a desindustrialização não ocorreria de forma natural, mas seria fruto do processo de abertura comercial do início da década de 1990, da alta taxa de juros e do câmbio supervalorizado ao longo dos últimos 20 anos (CANO, 2012).

Alguns autores não associam diretamente desindustrialização e reprimarização, pode haver uma redução da participação da indústria no emprego e no valor agregado, com a mudança de empresas mais intensivas em trabalho para outras nações, permanecendo as intensivas em capital, com produtos de alta tecnologia, neste

caso a desindustrialização seria natural e não danosa a economia, como defendem Oreiro e Feijó (2010).

Mas há o alerta para o risco de ocorrência simultânea, que levaria a uma ‘doença holandesa’ como preconiza Bresser-Perreira e Marconi (2008) ao analisarem os dados brasileiros para o período de 1992 a 2007, no qual o *superavit* da balança comercial de *commodities* passou de 11 para 46 bilhões de dólares, enquanto a balança comercial de manufaturados tornou-se deficitária, saindo de um *superavit* de 4, para um deficit de 9,8 bilhões de dólares.

Outra opção para explicar tal efeito é o conjunto de ideias denominado ‘relação centro-periferia’ ou ‘sistema centro-periferia’, que usa o contexto das relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para explicar por que há uma tendência a precarização das exportações dos países em desenvolvimento, esse tema é abordado no tópico seguinte.

Relação Centro-periferia

Estabelecida por Raul Prebisch (1949), a ‘relação centro-periferia’ tem como base a premissa de que as relações econômicas e políticas entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento não tem a mesma dinâmica que as relações entre nações desenvolvidas, nas quais é possível observar a divisão internacional do trabalho e os ganhos ricardianos do comércio. Compõem o centro do capitalismo as nações desenvolvidas e industrializadas, enquanto as nações em desenvolvimento formam a periferia, de capitalismo tardio.

São esteios do sistema centro-periferia ideias como o crescimento voltado para dentro e para fora, a busca de industrialização via substituição de importações, a criação de um mercado comum na América Latina, constituição de um banco de financiamento do desenvolvimento e a mais relevante neste trabalho, a precarização dos termos de trocas.

Prebisch inicia esse pensamento com a tese das ‘trocas desiguais’, na qual ele expõe a importância do comércio internacional, defende os acordos multilaterais e condena os bilaterais, o faz pois analisa pela primeira vez a diferença entre o valor agregado dos produtos exportados pelas nações latino-americanas e as nações desenvolvidas.

Prebisch (1950) afirmou que essas diferenças levariam a um ‘estrangulamento externo’, que o comércio somente favoreceria as nações em desenvolvimento se essas diferenças fossem sanadas, caso contrário haveria sempre um desequilíbrio da balança de pagamentos nos países em desenvolvimento, causado pela diferença entre as elasticidades renda da demanda (COUTO, 2007).

Os maiores expoentes desse pensamento foram Raul Prebisch, como seu precursor e Gunnar Myrdal, o maior propagador dessas ideias nos países desenvolvidos, no ‘centro do capitalismo’. Myrdal chegou a indicar Prebisch à comissão do Prêmio de Economia em Memória de Alfred Nobel no ano de 1969.

Tanto Prebisch como Myrdal defendem que os fluxos externos de capitais devem ser direcionados a atividades produtivas, pois após o fim do padrão ouro “o manejo da moeda se tornou mais complexo na periferia” (PREBISCH, p75, 1964), pois os fluxos promovem mudanças cambiais significativas, e afluxos tem de ser pagos com exportações para equilibrar o saldo da balança de pagamentos.

Myrdal, já na década de 1950, afirmava que a ampliação da participação de países em desenvolvimento no comércio internacional levaria esses a uma

especialização em produtos primários e uma redução da diversidade de produtos, com potencial perda até mesmo de elementos culturais, como artesanatos.

A especialização, que no curto prazo traria os benefícios das vantagens comparativas ricardianas, em produtos primários, no longo prazo é danosa, pois esses produtos utilizam mão-de-obra não-especializada, tem uma baixa elasticidade renda da demanda, baixo crescimento da demanda total, e excessivas flutuações de preços (MYRDAL, 1960).

A utilização predominante de mão-de-obra não-especializada acarreta dois problemas para essa economia: a) baixa renda para o trabalhador, o que impede a formação de um mercado interno, e efeitos multiplicadores da renda; b) mantém o trabalhador em nível de subsistência, ou muito próximo dele, ampliando sempre a quantidade de mão-de-obra não-especializada.

A baixa elasticidade renda da demanda leva ao baixo crescimento da demanda total, pois atrela o crescimento do mercado ao nível de crescimento vegetativo, enquanto produtos industrializados têm sua demanda ampliada mais rapidamente, em função da renda média das nações.

As flutuações de preços seriam causadas por ciclos econômicos em outras nações, assim como por questões naturais, essas oscilações impactariam de forma mais profunda uma nação quanto mais especializada ela for, semelhante ao que ocorre com a ‘doença holandesa’.

Além das flutuações há uma tendência a depreciação dos preços relativos dos produtos não-industrializados em relação aos industrializados, essa contínua depreciação leva a uma piora na distribuição de renda entre as nações, essa realidade foi vivenciada por regiões agrícolas em nações desenvolvidas, quando se ampliou a liberdade de mercado (PREBISCH, 1951).

Myrdal afirma ainda que a associação de uso de mão-de-obra não-especializada e ampla concorrência no setor de produtos primários, faz com que a busca por ganhos de produtividade e redução dos custos de produção, tornem-se menores preços, favorecendo os países importadores, ou seja, transferindo renda para as nações desenvolvidas.

Prebisch (1949) soma a essa ideia o argumento de que, se os ganhos de produtividade são transferidos para o país importador, não haverá poupança e consequentemente não haverá investimento ou acúmulo de capital, em nível satisfatório para promover o desenvolvimento, pois a expansão da poupança depende dos ganhos de produtividade.

Por outro lado, a inserção de nações em desenvolvimento no comércio internacional promove a ampliação dos mercados para os setores industriais das nações desenvolvidas, permitindo que essas usufruam de maiores ganhos de escala e economias externas circundantes.

Ou seja, a ampliação do comércio entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento tende a ter efeitos regressivos sobre as nações em desenvolvimento, levando a especialização em produtos primários, de baixo valor agregado, intensivos em trabalho não-especializado ou recursos naturais. Enquanto o mercado dessas economias é atendido por indústrias maduras das nações desenvolvidas, que usufruem de ganhos de escalas, impedindo assim a formação de uma indústria nascente nas economias em desenvolvimento.

O comércio internacional tem que ser visto como um instrumento para o desenvolvimento. A solução não está no crescimento às custas do mercado externo como propõe North (1955), mas em utilizar o mercado externo para ampliar a formação de capital e consequentemente a produtividade do trabalho.

A industrialização dos países em desenvolvimento não constitui um fim em si, “mas é o único meio de que dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas” (PREBISCH, p.72, 1964).

Desindustrialização

Desindustrialização é a tendência de redução do produto industrializado em proporção do produto total bruto. Tregenna (2009) sugere que para uma análise mais completa é preciso avaliar a participação relativa do produto industrial no PIB, assim como a proporção da ocupação do trabalho formal na indústria.

Debate-se que no Brasil está ocorrendo uma desindustrialização precoce ou se são oscilações de mercado que não compõem uma tendência, podemos citar trabalhos como Feijó e Carvalho (2005) e Nakhado e Jank (2006), que não encontraram evidências suficientes para afirmar que tal processo ocorre.

Por outro lado, Palma (2005) afirma que tal processo ocorre não apenas no Brasil, mas em todo o cone sul da América Latina. Martins e Lima (2015) levantaram um conjunto de indicadores que apontam uma tendência de desindustrialização no Brasil após a abertura comercial no início da década de 1990.

É importante ressaltar a relação entre desindustrialização e reprimarização da pauta de exportação, pois os eventos podem ocorrer de forma independente, podem ser causais, ou cumulativos.

Como já mencionado anteriormente, a desindustrialização pode ocorrer de forma independente da reprimarização da pauta de exportações. Caso o processo ocorra de forma ‘natural’ como ocorreu nas nações desenvolvidas, haverá uma mudança na estrutura produtiva, na qual permanece no país as indústrias intensivas em capital, já as indústrias intensivas migrariam para outros países, o resultado desse processo será então percebido na pauta de exportações, que apresentará uma predominância de produtos industrializados de alta tecnologia (OREIRO e FEIJÓ, 2010).

Haveria assim uma desindustrialização sem a reprimarização da pauta de exportações. De forma causal, havendo uma desindustrialização precoce, na qual a redução da indústria não se dá pela migração das indústrias trabalho intensivo, mas sim pela perda de competitividade, extinção ou migração da indústria capital intensivo, a pauta de exportações tornar-se-á predominante em produtos industrializados de baixo teor tecnológico e *commodities*.

Trabalhos como Bresser-Perreira (2008), Martins e Lima (2015) apontam que a abertura comercial no início dos anos 1990 influenciou a especialização brasileira em produtos primários ou de baixa intensidade tecnológica, reprimarizando a pauta de exportações, essa reprimarização se deu em função da importância do mercado externo, que exerceu pressão sobre a estrutura produtiva nacional de duas formas, a) ampliando os estímulos ao aumento de produtos primários para atender o mercado externo e b) diminuindo a competitividade da indústria nacional ao permitir a livre entrada de produtos importados com um câmbio valorizado.

De forma cumulativa, os processos podem se retroalimentar, ampliando assim sua intensidade, podendo na pior das hipóteses levar a uma ‘doença holandesa’.

Doença holandesa é a situação de especialização de um país na produção de um produto, ou pequeno conjunto de produtos, voltado a exportação, que permite a obtenção de divisas, mantendo o câmbio valorizado e o equilíbrio da balança de pagamentos, mesmo com a ampliação contínua das importações.

Corden (1984) explica a ‘doença holandesa’ segregando a economia em três setores, produtos não comercializáveis, produtos comercializáveis de rápido crescimento, baseados em recursos naturais nos quais o país tem vantagens comparativas, e produtos comercializáveis de crescimento lento, que englobam o restante da economia, inclui-se aí a indústria.

O setor exportador passaria a auferir grandes receitas, pressionando o câmbio a uma valorização, desestimulando os demais setores, que o autor define como de lento crescimento, por fim a dinâmica produtiva deslocaria recursos das atividades de lento crescimento para as de rápido crescimento.

Tal situação decorre da abundância de recursos naturais, que permite obter vantagens ricardianas no comércio internacional, auferindo rendas elevadas que são usadas para custear as importações. No entanto, essa situação leva a uma diminuição da pluralidade dos produtos manufaturados internamente, uma desindustrialização.

A redução da indústria nacional, em prol do setor exportador, leva a uma redução das economias externas e de aglomeração, levando a uma perda de competitividade em relação ao setor externo, com consequente ampliação da importação de produtos industrializados, realimentando a reprimarização da pauta de exportações.

Essa situação se torna danosa ao expor o país diretamente às flutuações de preço do produto exportado, a elevação do preço aprofunda a tendência de especialização, acelerando o processo de desindustrialização. Já a redução do preço leva o país a uma crise, a principiar-se pela redução de divisas, desequilíbrio da balança de pagamentos, redução da renda no setor exportador, redução da base tributária, podendo evoluir para desemprego e recessão.

Bresser-Perreira (2008) afirma que o Brasil é permanentemente assolado pela ‘doença holandesa’, dado sua riqueza natural que leva a uma tendência de especialização em produtos primários. Tal problema seria, ainda segundo Bresser-Perreira, dirimido por políticas de estado, que foram removidas entre os anos de 1990-1992, levando então a uma simultânea reprimarização da pauta de exportações e um processo de desindustrialização.

Esses processos se agravaram quando, a partir de 2003, elevaram-se os preços das *commodities* no mercado internacional, favorecendo as exportações primárias brasileiras, ampliando a reserva de divisas e pressionando o câmbio a uma valorização.

Essa valorização do câmbio no período 2003-2011, ao mesmo tempo que favoreceu o setor primário exportador, desestimulou a produção, ou ao menos o crescimento industrial, levando a uma redução da participação do produto industrial tanto no PIB quanto na pauta de exportações brasileiras.

A relação reprimarização, desindustrialização, ‘doença holandesa’ é preocupante pois tem consequências que se espalham por todos os setores da economia, sendo elencado por Schymura e Pinheiro (2013), há três aspectos cruciais: a) a queda de produtividade dado efeito composição do setor; b) diminuição do dinamismo pelo efeito de encadeamento entre os setores; c) considerado o mais robusto, a redução das externalidades locais (economias de aglomeração) que está também associada às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizadas pelas indústrias.

4. CONCLUSÃO

Houve, após as crises de 2008 e 2014, uma perda qualitativa da pauta de exportações do Brasil e do Estado do Paraná, ampliou-se a participação de produtos com menor intensidade tecnológica e conseqüentemente com menor valor agregado.

Parte desse movimento pode ser creditado a ampliação do mercado e elevação dos preços das *commodities*, causados pelos processos de urbanização das nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento, que ampliaram sua demanda por alimentos, como a China e Índia.

Porém, há uma constante pressão para que o Brasil se especialize em exportações primárias, oriunda da disponibilidade de recursos naturais. A produção e exportação desse tipo de produtos levam, a curto prazo, uma maior renda em decorrência das vantagens comparativas. Contudo, a longo prazo, a maior disponibilidade de divisas gera a apreciação do câmbio, o que favorece as importações de produtos industrializados e reduz a competitividade da indústria nacional.

Enquanto a redução do tamanho da indústria representa um menor dinamismo da economia nacional *per se*, a redução da pluralidade industrial causa uma diminuição dos encadeamentos entre os setores, propagando a tendência a especialização para toda a economia, amainando os setores dissociados da atividade exportadora e transferindo recursos desses para setores acessórios a atividade exportadora.

Esse fato condiciona o dinamismo interno ao mercado externo, ficando suscetível a mudanças de tendência de preços dos produtos exportados, mudanças cambiais, e da precarização dos termos de troca.

Essa relação entre a primarização da pauta de exportações e a desindustrialização precoce colocou o país em um estado de vulnerabilidade econômica, levando em última instância à ‘doença holandesa’ e ao ‘estrangulamento externo’ preconizadas por Bresser-Perreira e Prebisch, respectivamente.

Havendo indícios claros da reprimarização da pauta exportadora, se abre um leque de necessidades de investigações dos seus efeitos sobre o nível e forma de investimento no setor produtivo, o impacto sobre a evolução do mercado de trabalho formal, assim como as mudanças na dinâmica populacional e migratória entre as regiões produtoras de elementos mais e menos industrializados.

REFERÊNCIAS

Bornelli, R., Pessoa, S. De A. E Matos, S. Desindustrialização, Novas Evidências, Velhas Dúvidas . 2012.

Bresser-Pereira Luiz C. E Marconi, N. Existe Doença Holandesa No Brasil? In: Anais Do Iv Fórum De Economia De São Paulo . [S.l.: S.N.], 2008.

Cano, W. A Desindustrialização No Brasil. Economia E Sociedade. 2017.

Clark, Colin. The Conditions Of Economica Progress. [S.l.]: Macmillan, 1957.

Cepal, C. Mudança Estrutural Para A Igualdade Uma Visão Integrada Do Desenvolvimento . [S.l.], 2014.

- Corden, M. Booming Sector A Nd Dutch Disease Economics: Survey And Consolidation. Oxford Economic Papers, 1984.
- Couto, J. M. O Pensamento Desenvolvimentista De Raúl Prebisch. Economia E Sociedade, 2007.
- Feijó, C. A., Carvalho, P. G. E Almeida, J. S. Ocorreu Uma Desindustrialização No Brasil? 2005.
- Ibge, I. B. De Geografia E E. Sistema De Contas Regionais – Scr . 2018. Disponível Em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>>
- Leutwiler, J. P. Reprimarização Da Pauta De Exportação E A Atual Inserção Internacional Brasileira (2000 – 2014). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual De São Paulo - Unesp, 2016.
- Martins, G. N. E Lima, J. P. Evidências Da Precoce Desindustrialização No Brasil. Nexos Econômicos, 2015.
- Mydal, G. Teoria Econômica E Regiões Subdesenvolvidas. [S.l.: S.N.], 1960.
- Nakahodo, S. E Jank, M. A Falácia Da Doença Holandesa. 2006.
- Negri, F. E Alvarenga, G. V. A Primarização Da Pauta De Exportações No Brasil: Ainda Um Dilema. [S.l.], 2011.
- North, D. Location Theory An Regional Economic Growth. Journal Of Political Economy, 1955.
- Ocde. Directorate For Science, Technology And Industry: Standat Indicators. 2005. Disponível Em: <<http://www.oecd.org/industry/ind/40230754.pdf>>
- Oreiro, J. L. E Feijó, C. Desindustrialização: Conceituação, Causas, Efeitos E O Caso Brasileiro. Revista De Economia Política, 2010.
- Palma, J. G. Four Sources Of Deindustrialization And A New Concept Of The Dutch Disease. In: Beyond Reforms. [S.l.: S.N.], 2005.
- Pastre, R. Reprimarização Do Desenvolvimento: O Papel Das Principais Agroindústrias Brasileiras De Soja Na Região Centro-Oeste. Dissertação (Mestrado) – Universidade De Campinas - Unicamp, 2016.
- Prebisch, R. O Desenvolvimento Econômico Da América Latina E Alguns De Seus Principais Problemas. [S.l.]: Capal, 1949.
- Prebisch, R. Problemas Teóricos Y Prácticos Del Crecimiento Económico. In: La Obra De Prebisch En La Cepal. [S.l.: S.N.], 1982.

Prebisch, R. Crecimiento, Desequilibrio Y Disparidades: Interpretación Del Proceso De Desarrollo Económico. In: La Obra De Prebisch En La Cepal . [S.l.: S.N.], 1950.

Prebisch, R. Nueva Política Comercial Para El Desarrollo. [S.l.]: Fondo De Cultura Económica, 1964.

Rowthorn, R. E Ramaswamy, R. Growth, Trade, And Deindustrialization. Imf Staff Papers, 1999.

Schymura, L. E Pinheiro, M. C. Política Industrial Brasileira: Motivações E Diretrizes. In: [S.l.]: Civilização Brasileira, 2013.

Shikida, P. F. Evolução E Fases Da Agroindústria Canavieira No Brasil. Revista De Política Agrícola, 2014.

Tregenna, F. Characterizing Deindustrialization: An Analysis Of Changes In Manufacturing Employment And Output In Ternationally. Cambridge Journal Of Economics, 2009.

Sobre o Autor:

Marco Aurelio Kasmin

Graduação Em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (2012). Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutorando em Desenvolvimento e Agronegócio. Professor da Universidades Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo no Curso de Ciências Econômicas.

E-mail: marcokasmin@hotmail.com